

# A hegemonia do neoliberalismo frente o direito à cidade no Brasil

Noan Sallati<sup>1</sup>

## Resumo

O presente artigo tem como objetivo demonstrar a responsabilidade da agenda econômica neoliberal como propulsora das desigualdades nos conglomerados urbanos brasileiros. Abordam-se, através de uma revisão da literatura, três modos de expressão dessa doutrina nas cidades: o neoliberalismo como impeditivo ao acesso à cidade através da austeridade econômica e financeirização da terra, através de privatizações e arranjos público-privados nas cidades, e, por fim, o neoliberalismo como ferramenta de desmobilização no interesse ao público e social. Em decorrência destas várias facetas e dimensões do tema, recorre-se a uma abordagem interdisciplinar - especialmente entre os campos do conhecimento da Arquitetura e Urbanismo e da Economia - para a melhor compreensão dos fenômenos e das cidades diante suas múltiplas metamorfoses no período corrente. Concomitantemente, adota-se para a construção do texto o entendimento que as ações que reverberam nos cidadãos e no espaço urbano não ocorrem através de eventualidades, mas são planejadas e instituídas por indivíduos e seus interesses. Deste modo, as cidades e as condições de vida de sua população são um produto destas escolhas, e a análise da atual conjuntura se faz essencial para compreender o que são estes espaços, quais suas contradições, e os possíveis modos de enfrentamento e superação de condições de vida desfavoráveis à população, especialmente à classe trabalhadora.

**Palavras-Chave:** Planejamento Urbano; Neoliberalismo; Direito à cidade.

7

---

<sup>1</sup> Graduado em Administração Pública pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Mestrando no Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Campinas (ICHSA/UNICAMP). E-mail: noansllt@gmail.com.

## Caracterização e conjuntura

A análise dos conglomerados urbanos, suas dinâmicas e seus fenômenos pertencem a um quadro analítico complexo, o qual necessita de uma abordagem integrada de vários campos do conhecimento para ser plenamente compreendido. Para entender e dissertar sobre a relação do neoliberalismo frente aos indivíduos e a estas aglomerações urbanas, precisamos inicialmente conceituá-lo. Para Wendy Brown,

O neoliberalismo não tem uma definição estabelecida (...) é mais comumente associado a um conjunto de políticas que privatizam a propriedade e os serviços públicos, reduzem radicalmente o Estado social, amordaçam o trabalho, desregulam o capital e produzem um clima de impostos e tarifas amigáveis para os investidores estrangeiros (BROWN, 2019, p. 29).

Estas práticas tiveram como um de seus principais precursores o economista austríaco Friedrich Hayek, e nasceram logo após a II Guerra Mundial. Foi uma reação teórica e política contra o Estado intervencionista e de bem-estar que prosperava naquele momento. Seus ideais ganharam força com o advento da crise do modelo econômico do pós-guerra, em 1973. O Chile com a ditadura de Pinochet (1973), o governo Thatcher, na Inglaterra (1979), e de Regan, nos Estados Unidos (1980), foram os pioneiros e mais famosos exemplos do programa neoliberal nas décadas iniciais de sua prática.

Ainda sobre as características dessa ideologia,

A estabilidade monetária deveria ser a meta suprema de qualquer governo. Para isso seria necessária uma disciplina orçamentária, com a contenção dos gastos com bem-estar, e a restauração da taxa “natural” de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos. Ademais, reformas fiscais eram imprescindíveis, para incentivar os agentes econômicos. Em outras palavras, isso significava reduções de impostos sobre os rendimentos mais altos e sobre as rendas. Desta forma, uma nova e saudável desigualdade iria voltar a dinamizar as economias avançadas (ANDERSON, 1995, p. 11).

Inicialmente, as adoções de tais práticas de austeridade ocorriam somente nos governos explicitamente de extrema direita, segundo Anderson (1995, p. 14). Contudo, com sua difusão nas décadas seguintes, outras ideologias e governos se mostraram mais resolutos em aplicar o receituário neoliberal de corte de gastos, privatizações, e desmantelamento de políticas públicas que almejavam o bem-estar social e a garantia de direitos. Quando colocadas em prática, essas ações se materializam e se expressam também no cotidiano das cidades, impactando a vida de milhões de pessoas.

A partir de sua constituição como um espaço de concentração de relações entre escalas, dentre elas a ligação direta entre globalização, macroeconomia e produção do espaço urbano, a metrópole torna-se agenciadora e mediadora transescalar do neoliberalismo, tornando esse formato de governo real na vida cotidiana, de forma próxima e imediata, “descendo” do plano da macroeconomia ao espaço da vida (TONUCCI FILHO; MAGALHÃES, 2017, p. 436).

No Brasil, o neoliberalismo esteve presente nas cidades em períodos importantes de seu processo de transformação. Destaca-se, por exemplo, a adoção de práticas neoliberais nos anos de 1980, e principalmente 1990; neste período, deveria ter ocorrido uma grande política pública de atenção para com as cidades, em virtude de mais de 20 anos de um planejamento permissivo e excludente por parte da Ditadura Empresarial-Militar, conforme disserta Cano (2011, p. 257). Mas, o que se observou foi a adoção de uma plataforma político-econômica neoliberal, naturalmente descompromissada com a garantia de direitos fundamentais, com a execução de

investimentos nos conglomerados urbanos, e com a democratização do planejamento e da gestão na escala urbana<sup>2</sup>.

Esta herança do neoliberalismo no processo de formação de conglomerados urbanos, aliado com sua presença no mainstream da agenda política econômica brasileira, representam consequências negativas ao cotidiano das cidades, alterando sua forma de planejamento e gestão, o espaço público, e a qualidade de vida de parte da população – especialmente as historicamente marginalizadas, como a classe trabalhadora e indivíduos pobres, pretos e pardos. Analisa-se a seguir três modos de expressão dessa doutrina nas cidades e as suas implicações para os cidadãos.

### **Neoliberalismo como impeditivo ao acesso à cidade através da austeridade econômica e financeirização da terra**

Desde o fortalecimento da plataforma econômica neoliberal, promovida pelos governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro, a população mais vulnerável sofre com a política fiscal de corte de gastos nas agendas sociais. Políticas de educação, saúde e habitação popular, por exemplo, são frequentemente atacadas, tendo sua abrangência reduzida ou mesmo finalizada.

Como ilustração, recentemente a saúde pública teve uma de suas políticas públicas de maior sucesso encerrada repentinamente: trata-se do Programa Mais Médicos, instituído no ano de 2013, e que tinha o objetivo levar médicos para as regiões mais distantes e vulneráveis do país. Sua finalização, no início de 2019, resultou em cerca de 30 milhões de brasileiros em 2,9 mil municípios prejudicados ou totalmente desassistidos de assistência médica (MENEZES; MORETTI; REIS, 2019, p. 67). Soma-se o fato de a pasta lidar há anos com o subfinanciamento e com cortes sucessivos em seu orçamento: para o ano de 2022, os recursos previstos para o Ministério da Saúde são os menores desde 2012<sup>3</sup>, inviabilizando a formulação e implementação de novas políticas públicas e a manutenção das ainda existentes.

Na habitação, o governo Bolsonaro extinguiu o Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), o qual detinha mais de uma década de atividade, experiência, avaliações e contribuições acadêmicas. Em suposta substituição, foi instituído o Programa Casa Verde e Amarela, que, entretanto, excluí de seu escopo as pessoas mais pobres ao não prever a construção de novas casas para a população mais vulnerável, a chamada “faixa 1”, que engloba famílias com renda de até R\$ 1.800, a mais representativa dentro do déficit habitacional. Inclui-se o fato de o programa receber logo no seu primeiro ano um corte de 98% de seu orçamento<sup>4</sup>, em uma conjuntura de evidente desmonte antes mesmo de sua “reformulação”.

---

<sup>2</sup> Freixo e Costa (2021) narram que a adoção de tais medidas foi influenciada e solicitada em contrapartida a empréstimos realizados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI); o receituário do mesmo para solução da crise brasileira naquele momento era, em linhas gerais, a estabilização da economia através de um ajuste fiscal rigoroso, da liberalização e da privatização da economia para que o mercado desempenhasse o papel fundamental, e não o Estado; tais fundamentos estavam presentes no decálogo do “Consenso de Washington”.

<sup>3</sup> Poder 360: Recursos previstos para a Saúde em 2022 são os menores desde 2012. Disponível em: < <https://www.poder360.com.br/brasil/recursos-previstos-para-a-saude-em-2022-sao-os-menores-desde-2012/> > Acesso em: 27 jul. 2022.

<sup>4</sup> Rede Brasil Atual: Governo Bolsonaro corta 98% do orçamento do programa Casa Verde e Amarela. Disponível em: < <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2021/12/governo-bolsonaro-corta-98-do-orcamento-do-programa-casa-verde-e-amarela/> > Acesso em: 27 jul. 2022.

Aliado as decisões políticas de arrocho fiscal, encontram-se também medidas anteriormente instituídas de austeridade, como é o caso da Emenda Constitucional nº 95/2016<sup>5</sup>. Conhecida popularmente como “Teto de Gastos”, a emenda estabeleceu uma regra para as despesas primárias do Governo Federal, com duração de 20 anos. Dweck, Oliveira e Rossi (2018, p. 24) explicam que nessa regra, o gasto primário do governo federal fica limitado por um teto definido pelo valor executado no ano de 2017, e reajustado, a cada ano, somente pela inflação acumulada dos últimos 12 meses. Em síntese, o novo regime fiscal representa uma redução permanente dos gastos públicos, e conseqüentemente, da capacidade do Estado em prover as demandas sociais mínimas.

As materializações na cidade das conseqüências destas políticas econômicas procíclicas são mais desmontes de políticas sociais; na saúde, por exemplo, a EC 95 causou a perda de R\$ 8,2 bilhões em seu orçamento somente no ano de 2019 (MENEZES; MORETTI; REIS, 2019, p. 66). Diretamente e indiretamente estas ações também causam aumento do desemprego, o aumento do número de trabalhadores informais, crescimento da taxa de pobreza e insegurança alimentar, e até a expulsão de moradores de suas casas, impossibilitados de arcar com aluguel através de sua renda – sobre este último fenômeno, estima-se que pelo menos 26.447 pessoas foram morar nas ruas em 2022 e, no total, mais de 180 mil pessoas estão nessa situação, número este que pode ser maior que o observado nos dados e pesquisas oficiais<sup>6</sup>.

Para as famílias brasileiras, um dos maiores problemas é o forte aumento do desemprego em boa parte decorrente do efeito recessivo das políticas de austeridade econômica. Sendo assim, cada vez mais famílias dependem das transferências do governo como sendo a principal fonte de renda, tanto as previdenciárias quanto as assistenciais, que também são ameaçadas pelas políticas de corte permanente de gastos. A queda de renda tem afetado diretamente o padrão de consumo das famílias, reduzindo o consumo de comida, remédio, fraldas, gás, aluguel, entre outros (DWECK; OLIVEIRA; ROSSI, 2018, p. 15).

Concomitantemente as dificuldades econômicas, outro fenômeno que ganha força no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo e afeta diretamente o cotidiano e a vida nas cidades é a financeirização da terra e da moradia nos centros urbanos. Tonucci Filho e Magalhães (2017, p. 441) discutem este fenômeno como fruto do neoliberalismo urbano, e que pode ser explicado, em linhas gerais, pelo fato de o espaço urbano transformar-se em mercadoria, em um produto financeiro e do capital imobiliário.

Trata-se de uma abertura para que o setor financeiro atue na própria cidade transformada em “fábrica social”, usando a terra como forma de renda, enriquecimento e investimento, e não como função social. Neste novo significado do espaço urbano, a metrópole está para a multidão da mesma forma que a fábrica estava para a classe operária industrial: enquanto a fábrica gerava lucro, a metrópole gera renda; ou seja, a cidade passa a carregar a lógica da habitação como frente da acumulação capitalista, e ser palco de disputas imobiliárias distantes e diferentes do interesse público, desvirtuando-se da sua característica democrática, de heterogeneidade e de acessibilidade.

---

<sup>5</sup> Além da EC 95/2016, outra ferramenta anterior e relevante de austeridade e freio nos gastos públicos é a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), instituída no ano 2000, no Governo de FHC. Freixo e Costa (2021) discorrem minuciosamente sobre seu conteúdo e conjuntura, e Cano (2011) faz outras contribuições também com o escopo da economia.

<sup>6</sup> G1 Globo: Aumenta o número de pessoas em situação de rua no Brasil, diz pesquisa. Disponível em: < <https://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2022/06/09/aumenta-o-numero-de-pessoas-em-situacao-de-rua-no-brasil-diz-pesquisa.ghtml> > Acesso em: 29 jul. 2022.

Arantes (2006, p. 66) completa dissertando que, sob influência de organismos internacionais como o Banco Mundial e o BID, as cidades passaram a ser geridas não apenas *like business*, mas *for business*. Isso significa que, além de colaborar com o equilíbrio financeiro do ajuste fiscal, as cidades deveriam tornar-se “máquinas de produzir riquezas”.

Parte do processo de valorização da terra é a expulsão das camadas populares dessas glebas. O higienismo social é realizado através do processo de gentrificação. A busca por essa máxima remuneração através do solo urbano,

tende a lançar a população de baixa renda para áreas distantes, pois sua presença em locais de grande potencial de valorização tende a diminuir esse potencial. Também se produzem espaços como ativos financeiros comercializáveis que entram em circuitos especulativos separados do uso dos imóveis, resultando num aumento da quantidade de unidades residenciais e comerciais vazias, de propriedade de investidores e especuladores imobiliários, apostando na valorização de médio e longo prazo de seus imóveis em patamares superiores a outros ativos financeiros quaisquer (TONUCCI FILHO; MAGALHÃES, 2017, p. 442).

Esse processo de expulsão das camadas de mais baixo poder aquisitivo para as periferias da cidade, não acompanhada de investimentos públicos, representa a exclusão do direito de milhares de pessoas e terem acesso à terra e sua função social, que ficam concentradas para especulação na mão de poucos.

A consequência de tudo isso é a criação de uma situação em que os ricos podem cada vez mais exercer seu domínio sobre toda a cidade. (...) Em algum momento, entretanto, há também incentivos para que esse processo de construção da cidade alcance as pessoas mais pobres. As instituições financeiras concedem empréstimos aos empreendedores imobiliários para que desenvolvam grandes áreas da cidade. Mas, se os empreendedores promovem o desenvolvimento, o problema é: para quem eles vendem os imóveis? Se a renda da classe trabalhadora estivesse crescendo, os imóveis poderiam ser vendidos aos trabalhadores. Desde os anos 70, porém, as políticas do neoliberalismo têm implicado reduções salariais (HARVEY, 2009, p. 271-272).

A financeirização do espaço urbano aliado à austeridade fiscal são uma face do modelo neoliberal que representa a degradação completa das condições de vida das camadas menos abastadas financeiramente, retirando seus direitos adquiridos, como a saúde pública, o emprego e renda, e dificultando o acesso à moradia digna. Estas medidas acirram os conflitos de classe, inibem o acesso às políticas de proteção social, e coíbem parte da população de seu direito à cidade, ou seja, o direito que todos nós temos de criar cidades que satisfaçam as necessidades humanas, as nossas necessidades (HARVEY, 2009, p. 269).

### **Privatizações e novos arranjos público-privados na cidade**

Os governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff pareciam promissores para a mudança e superação dos problemas nos conglomerados urbanos brasileiros, carentes de políticas públicas durante décadas. Maricato (2015, p. 37) narra que, com uma plataforma econômica permissiva em relação aos gastos públicos, ocorreram investimentos consideráveis a partir de 2007, em virtude do lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), e do Programa Minha Casa Minha Vida, em 2009.

O PAC, que contou com duas etapas, iniciadas respectivamente nos anos 2007 e 2011, tinha como objetivo principal a retomada dos investimentos em setores estruturantes do país. Seu campo de atuação era segmentado em blocos, no qual a infraestrutura apresentava papel de destaque, através da Infraestrutura Social e Urbana (Urbanização, mobilidade urbana, equipamentos sociais), Infraestrutura Logística (Rodovias, ferrovias, portos, aeroportos), e

Infraestrutura Energética (Geração e transmissão de energia elétrica, geologia, mineração, indústria naval). (BRASIL, 2020).

Apesar de importante marco de investimentos e no retorno do enfoque da administração pública para as cidades, o Programa de Aceleração do Desenvolvimento, especificamente no que tange o bloco de Infraestrutura Social e Urbana, ao se analisar pelo escopo do direito à cidade, apresentou algumas características típicas do neoliberalismo urbano e ocasionou paradigmas e consequências nocivas para o planejamento e cotidiano das cidades.

Segundo Gordilho Souza (2018, p. 246), observou-se nesta conjuntura uma crescente inserção da ação corporativa na produção e na gestão das cidades, por meio de consórcios de grandes empresas atuando em todos os processos das obras: desde as definições dos projetos, até a implantação e administração dos serviços e equipamentos coletivos, sem a necessária discussão pública mais ampla, confrontando-se, assim, aos direitos e obrigatoriedade da participação e inclusão social legisladas pelo Estatuto da Cidade. Nesta gestão orientada pelo interesse privado, os direitos e as pautas coletivas foram relegados a segundo plano em nome das predileções e da lucratividade da burguesia.

Exemplo clássico e bastante discutido na literatura é o caso do Programa Minha Casa Minha Vida. Ao atribuir as etapas de planejamento e construção na responsabilidade ou sob forte influência de construtoras e incorporadoras, foram produzidas verdadeiras ilhas de moradia popular, muitas vezes distantes de outros bairros consolidados, longínquos de equipamentos comunitários públicos, dos postos de trabalho, e com a característica de construções físicas padronizadas, sem respeitar as necessidades individuais de cada família favorecida.

Maricato (2015, p. 38-40) descreve, sobre esta lógica, que a centralidade da terra urbana para a justiça social desapareceu, e a política urbana se tornou uma soma de obras descomprometidas com o processo de planejamento, e com os interesses do mercado imobiliário e de empreiteiras ditando o rumo para aplicação dos recursos. A autora também relata que este período representa um grande paradoxo, pois, quando o Estado brasileiro retomou o investimento na malha urbana, houve um intenso processo de especulação fundiária e imobiliária, promovendo elevações consideráveis no preço da terra. Políticas que tinham como objetivo melhorar a qualidade de vida da população, resultaram, desta forma, em externalidades e situações não benéficas para a mesma.

Os megaprojetos que ocorreram no Brasil na década passada – Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas de 2016 – representaram sob o enfoque do planejamento urbano um maior volume de dinheiro disponível visando a preparação das cidades-sede e regiões próximas para recebimento dos eventos de grande porte; mas, ao mesmo tempo, representaram também a difusão das ferramentas neoliberais iniciadas no PAC, como as Parcerias Público-Privadas (PPP), processos de privatização e a tendência de um modelo de gestão corporativa das cidades e de seus bens públicos, significando, desta forma, novos retrocessos quando se pensa na cidade como um bem coletivo.

De concepção autônoma, geridos no âmbito de empresas privadas, esses novos megaprojetos sinalizam uma inserção segmentada no território, conectados a outros espaços privatizados, dando forma a uma nova reestruturação urbana. A cidade, em si, passa a ser objeto de negócios e apropriações privadas, que envolvem associações corporativas. Se, por um lado, criam novas oportunidades econômicas e equipamentos sofisticados, de outro, ao intensificarem as condições de exclusividade do consumo desses espaços e serviços inerentes, fortalecem a privatização seletiva da cidade, pelo acesso solvável restritivo, situação que intensifica a privatização do espaço coletivo,

a fragmentação enclausurada nas metrópoles brasileiras, a exclusão mais intensa e maior violência urbana (GORDILHO SOUZA, 2018, p. 257).

A ocorrência destas concessões e privatizações dos serviços públicos representam uma cidade cada vez mais segregadora, especialmente em uma sociedade marcada pela desigualdade social. Gordilho Souza (2018, p. 259) avalia que nesse novo ciclo acentuou-se o padrão corporativo de transformação das cidades no Brasil, instaurando uma dinâmica urbana que impõe no ambiente construído o fechamento da acessibilidade aos espaços públicos<sup>7</sup>.

No campo ideológico, essas práticas são justificadas com a ideia de introduzir métodos e técnicas modernas de *management* e tornar o setor público menor e mais eficiente (PRICE, 1991, apud ARANTES, 2006, p. 68), mas na prática são pretextos para benefícios de empresas privadas e o esvaziamento de agendas sociais, resultando na amplificação do processo de uma cidade cada vez mais individualizada, excludente e desigual.

Fatos como a adoção de um planejamento urbano com a perspectiva empresarial e de mercado, orientado para rentabilidade do capital, privatizações, e investimentos públicos sob tutela de construtoras e empresas privadas, são características deste novo padrão neoliberal de desenvolvimento e gestão das cidades, que manipulam a produção do espaço fazendo com que se consolide um padrão mais desigual de segregação urbana como verdadeira fragmentação social (PEREIRA, 2016, p. 54). Nos últimos anos, os valores que tem definido qual deve ser a melhor forma de uso da cidade não são aqueles que garantem o maior acesso ou o maior direito, mas aqueles que possibilitam maior rentabilidade, independentemente de suas consequências para a população. Cidades mais justas e que respeitam os direitos fundamentais passam, necessariamente, pela superação desta lógica caracteristicamente neoliberal.

### **Neoliberalismo como ferramenta de desmobilização no interesse ao público e social**

O neoliberalismo não se limita somente a teoria e práxis econômicas, e a promover alterações relacionadas a aspectos concretos na vida dos cidadãos. Sua atuação também acontece no campo pensante, atuando, além de propagar seus ideais, para desconstruir a racionalidade dos indivíduos sobre o social e o bem público. Wendy Brown, em sua obra “Nas ruínas do neoliberalismo – a ascensão da política democrática no ocidente” retrata este aspecto:

É importante frisar que a consciência não relaxa somente em relação à conduta do próprio sujeito, mas também aos males e enfermidades sociais... que não são mais registrados como tais. Em outras palavras, nesse contexto, menos repressão leva a um ‘superior’ menos exigente, ou seja, menos consciência, o que, em uma sociedade individualista e não emancipada, significa menos consideração ética e política em geral. Nas palavras de Marcuse, “a perda da consciência devido às liberdades satisfatórias concedidas por uma sociedade não livre contribui para uma *consciência*

---

<sup>7</sup> Na maior cidade do Brasil, São Paulo, não faltam exemplos nos últimos anos acerca deste movimento de privatização do espaço público e exclusão das camadas menos abastadas financeiramente de suas dependências. O Complexo Esportivo do Pacaembu e o Parque Ibirapuera são duas amostras, que se coincidem por serem concedidas a iniciativa privada sem a elementar realização de consulta à população, com a narrativa neoliberal déficit aos cofres públicos, abordando o Estado como uma empresa privada, e também com o pretexto de instaurar uma gestão pública “moderna”. No primeiro caso, o Pacaembu foi fechado à população enquanto o estádio passa por “modernização”, ou seja, destruição da arquibancada com preços historicamente populares, conhecida como *tobogã*, para dar lugar a um shopping e hotel de alto padrão. Mais de quinze modalidades esportivas oferecidas gratuitamente aos paulistanos no local, como natação, futsal, judô, yoga e treinamentos físicos foram suspensas, sem garantias de oferecimento futuro. No Ibirapuera, meses depois da concessão foi instituída a cobrança de estacionamento, e a concessionária que administra o local anunciou que haverá cobranças aos grupos de caminhada e corrida (assessorias esportivas) que frequentam o parque.

*feliz*, que possibilita a aceitação dos crimes dessa sociedade”. (...) O sujeito da de sublimação repressiva na sociedade capitalista avançada não é somente desatado (...), mas desobrigado de expectativas mais gerais da consciência social e da compreensão social. Tal descarga é amplificada pelo assalto ao social e pelo ataque ao conhecimento intelectual promovidos no neoliberalismo, assim como pela depressão da consciência fomentada pelo niilismo (MARCUSE, 2015 apud BROWN, 2019, p. 203-205).

Atuando no campo racional e das concepções, o neoliberalismo realiza ataques ao social e ao político e pela legitimação neoliberal da indiferença em relação aos apuros ou ao destino de outros humanos, de outras espécies ou do planeta (BROWN, 2019, p. 209). O indivíduo com menor preocupação e atenção perante as condições sociais do lugar em que vive possui um teor menos crítico em relação à política e acontecimentos cotidianos; e esta é a conjuntura ideal para que conglomerados urbanos sejam regidos por políticas violadoras de direitos, e responsáveis pela amplificação das desigualdades sociais.

Uma das alternativas para superação destas amarras são a organização e mobilização popular. No Brasil, a ferramenta do Orçamento Participativo surgiu na década de 1980 e foi de grande importância neste sentido. Apresentando como seus principais casos de sucesso as cidades de Porto Alegre e São Paulo, através de gestões do Partido dos Trabalhadores (PT), a experiência política-administrativa despontou, segundo Pereira (2008, p. 33), como um novo modelo de gestão e de democracia participativa, denominada como democrática e popular.

O mesmo significava uma resposta a décadas de negação de direitos, sobretudo políticos, considerando a tradição da política autoritária no Brasil, e passando até os 21 anos da Ditadura Empresarial-Militar recém-encerrada (1964-1985); e também se levantava contra políticas de ajustes fiscais neoliberais no momento em que as mesmas começavam a ser propagadas, durante os anos de 1980.

Maricato (2015, p. 32) discorre que o advento do Orçamento Participativo significou uma ruptura com o investimento público submetido a interesses de terceiros. Setores historicamente excluídos foram reconhecidos como sujeitos legítimos do processo de decisão governamental, participando do processo decisório através da elaboração orçamentária em suas distintas fases (formulação, aprovação, execução, controle e avaliação), na eleição de representantes, e no encaminhamento de demandas e necessidades locais.

Neste sentido, a ferramenta baseada na participação popular e inserção do povo trabalhador para o centro da política e das decisões governamentais apresentam inúmeros benefícios: o desenvolvimento de um papel crítico do cidadão, educação política, aumento da transparência, zelo pelo bem público e pelas políticas sociais, a redução de clientelismos e patrimonialismos políticos, e principalmente, a orientação de um planejamento urbano e de políticas públicas adequadas às necessidades locais e da população como um todo. Todos estes pontos abordam e são antagônicos as políticas e as externalidades neoliberais, comprovando, deste modo, a importância e o potencial da ferramenta para lidar com a questão.

O espaço urbano não pode ser considerado e analisado dissociado do aspecto político hegemônico. A cidade não se reduz ao ambiente construído, visto suas práticas culturais, circuitos intelectuais, instituições sociais e redes afetivas. Esses elementos do comum contidos na cidade não são apenas os pré-requisitos para a produção biopolítica, mas também seu próprio resultado (HARDT; NEGRI, 2009 apud TONUCCI FILHO; MAGALHÃES, 2017, p. 450). Desta forma, é necessária uma força política articulada para fazer frente a este fenômeno que apresenta sua face econômica, mas também social no cotidiano dos indivíduos.

A simples adição de cidadãos que antes estavam relegados no processo de decisão política é uma grande conquista no processo de criação e retomada de consciência social. O Orçamento Participativo é, neste sentido, um exemplo de organização popular, da tentativa de emancipação e superação da qualidade de vida em que muitos moradores dos centros urbanos estão submetidos, e se torna também um exemplo no enfrentamento das diferentes facetas do neoliberalismo e de suas consequências.

### **Considerações Finais**

O artigo demonstrou que o neoliberalismo se encontra materializado nas cidades brasileiras de diferentes formas, que variam desde sua imposição e influência ao final do período de considerável crescimento demográfico no século XX, como também no tempo corrente, através de políticas fiscais, econômicas e de gestão.

Foram expostas três diferentes formas de expressão da ideologia nos conglomerados urbanos, a se iniciar pelo neoliberalismo como impeditivo ao acesso à cidade através da austeridade econômica e financeirização da terra. Escolhas políticas de não intervencionismo nas demandas sociais combinadas com políticas de austeridade, como o Teto de Gastos, significam o não provimento das demandas sociais mínimas por parte do Estado. Como resultado, observa-se relevante taxa de desemprego, informalidade e decréscimo do rendimento mensal médio, além do não atendimento da população em necessidades vitais, como a habitação e saúde pública.

Concomitantemente a piora das condições sociais, o fenômeno de financeirização da terra e da moradia nos centros urbanos resulta na impossibilidade de parte considerável da população possuir a sua casa própria, ou, se manter em regiões da cidade urbanizadas e próximas as infraestruturas de saúde, educação, transporte público, e dos postos de trabalho. Ambos os fatores combinados representam o desrespeito total aos direitos fundamentais, e consistem em situações de grande potencial de vulnerabilidade aos indivíduos.

A violação ao direito à cidade continua através das privatizações e dos novos arranjos público-privados como práticas de gestão. Os investimentos em infraestrutura urbana através do PAC e do Programa Minha Casa Minha Vida, aliado aos investimentos para recebimento de grandes eventos no Brasil, impulsionaram a utilização da iniciativa privada como definidora dos projetos, e na implantação e administração dos empreendimentos; ou seja, houve o avanço na inserção do pensamento corporativo e comercial no desenvolvimento e gestão das cidades. Os conglomerados convertem-se em objeto de negócios e apropriações privadas, aspirando o lucro, não representando o interesse da população, e, na prática, significam a privatização seletiva da cidade e a consequente exclusão de grande parcela dos cidadãos do usufruto de seus direitos.

Estes atributos característicos do novo padrão neoliberal caminham em sentido oposto ao da democratização e acessibilidade de serviços e espaços públicos, e impactam as populações mais vulneráveis: parte da classe média, e principalmente, os trabalhadores de menor renda. Dentro deste recorte, existe ainda mais dificuldades no acesso a uma condição de vida digna por parte de negros e pardos.

Ademais, essa doutrina ainda age como ferramenta de desmobilização no interesse ao público e social. O desapego e desprezo em relação ao bem comum e as mazelas sociais são uma forma de legitimar e manter suas políticas como hegemônicas e com poucos questionamentos. A experiência do Orçamento Participativo foi uma resposta as primeiras políticas de ajuste fiscal e austeridade na conjuntura da “década perdida” brasileira. A

mobilização e participação da classe trabalhadora é um dos meios no qual se pode propor alternativas e superar a priorização da política fiscal em detrimento do bem-estar da população, e buscar a reestruturação do Estado para seu papel de provedor de condições e de direitos.

Em suma, os entraves aos programas sociais e não investimento em políticas públicas, as elevadas taxa de desemprego e informalidade, a terra utilizada como fonte de renda e não com sua função social, somados as privatizações e cerceamento de espaços públicos de lazer e cultura, e a imposição de uma indiferença com a questão social, são algumas das questões causadas pelo neoliberalismo e que, integradas, como no tempo corrente, resultam na completa deterioração das condições de vida da população.

Lefebvre (2001, p. 134) discorre que o direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. A demanda pelo direito à cidade necessita, portanto, sobrepujar a ideologia neoliberal e suas manifestações nos conglomerados urbanos para se materializar. A superação deste preceito pode ocorrer através de duas perspectivas: a ruptura com o sistema capitalista, visto que o neoliberalismo está estritamente associado ao mesmo e suas classes dominantes<sup>8</sup>, ou, mantendo-se no sistema e adotando uma plataforma econômica neodesenvolvimentista, que, na teoria, mitigaria as condições sociais e garantiria maior atenção e comprometimento para com os cidadãos.

A despeito do modo, fato é que a busca da superação desta realidade é cada vez mais indispensável e necessita estar no debate em nome da dignidade humana, especialmente em períodos de tamanhas violações como o atual. A vivência em um local justo, com a presença de moradia adequada, infraestrutura em todas suas regiões, sem assimetrias sociorraciais, com cultura, saúde, educação e todas as demandas sociais atendidas é um direito básico e que necessita ser respeitado em nome de uma vida e uma sociedade mais justa, democrática e igualitária.

## Referências

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In SADER, Emir & GENTILI, Pablo (Orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 09-23, 1995.

ARANTES, Pedro Fiori. O ajuste urbano: as políticas do Banco Mundial e do BID para as cidades. **Pós. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP**, n. 20, p. 60-75, 2006.

BRASIL. **SOBRE O PAC**. Ministério do Planejamento, 2020. Disponível em: < <http://pac.gov.br/sobre-o-pac> > Acesso em: 07 ago. 2020.

---

<sup>8</sup> Engels (2015) defende que o capital e o estado capitalista não querem e nem podem remediar o flagelo da falta de moradia e de outros problemas sociais. Segundo o mesmo, o Estado nada mais é que a totalidade do poder organizado das classes possuidoras, dos proprietários de terras e dos capitalistas em confronto com as classes espoliadas; e que, o que não querem os capitalistas individuais tampouco quer o seu Estado. Portanto, embora individualmente o capitalista lamente os problemas sociais, dificilmente mexerá um dedo para solucionar, mesmo que superficialmente, suas consequências; e o capitalista global, o Estado, também não fará mais do que isso.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente**. Tradução: Mario A. Marino, Eduardo Altheman C. Santos-SP: Editora Filosófica Politeia, 2019, 256 p.

CANO, Wilson. **Ensaio sobre a crise urbana do Brasil**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

DWECK, Esther; OLIVEIRA, Ana Luíza Matos; ROSSI, Pedro. (Orgs.) **Austeridade e retrocesso: impactos sociais da política fiscal no Brasil**. São Paulo, SP. Brasil Debate e Fundação Friedrich Ebert. Disponível em: < [http://brasildebate.com.br/wp-content/uploads/DOC-AUSTERIDADE\\_doc3-\\_L9.pdf](http://brasildebate.com.br/wp-content/uploads/DOC-AUSTERIDADE_doc3-_L9.pdf) >.

ENGELS, Friedrich. **Sobre a questão da moradia**. Tradução: Nélio Schneider. 1ª Ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

FREIXO, Alessandra Soares; COSTA, Rafael. Trajetória da austeridade fiscal no Brasil: a institucionalização do neoliberalismo. **Le Monde Diplomatique Brasil, 2021**. Disponível em: < <https://diplomatique.org.br/trajetoria-da-austeridade-fiscal-no-brasil-a-institucionalizacao-do-neoliberalismo/> > Acesso em: 03 ago. 2022.

GORDILHO SOUZA, Angela Maria. Urbanismo neoliberal, gestão corporativa e o direito à cidade: impactos e tensões recentes nas cidades brasileiras. **Cadernos Metr pole**, v. 20, n. 41, p. 245-265, 2018.

HARVEY, David. Alternativas ao neoliberalismo e o direito à cidade. **Revista Novos Cadernos NAEA**, v. 12, n. 2, p. 269-274, 2009.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. Tradução Rubens Eduardo Frias. 5ª Ed. São Paulo: Centauro. 2001.

MARICATO, Erminia. **Para Entender a Crise Urbana**. 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MENEZES, Ana Paula do Rego; MORETTI, Bruno; REIS, Ademar Arthur Chioro dos. O futuro do SUS: impactos das reformas neoliberais na saúde pública – austeridade versus universalidade. **Saúde em Debate**. v. 43, 2019.

PEREIRA, Eduardo Tadeu. **Educação Política: Uma experiência com o Orçamento Participativo**. 1ª Ed. Campinas: Alínea, 2008.

PEREIRA, Paulo César Xavier. Processos e problemas na urbanização da América Latina: teoria e história. **Revista Territorios**, 34, p. 35-58, 2016.

TONUCCI FILHO, João Bosco Moura; MAGALHÃES, Felipe Nunes Coelho. A metrópole entre o neoliberalismo e o comum: disputas e alternativas na produção contemporânea do espaço. **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 19, n. 39, pp. 433-454, 2017.